

# Novas Constituições

ica

ANC

Jornal de Brasília • 3

## estaduais preocupam

Josemar Gonçalves 16.6.88

### Marcondes Sampaio

O senador Carlos Chiarelli (PFL-RS) relator da CPI da Corrupção, advertiu ontem que se as Constituintes estaduais não adotarem, nas futuras Constituições dos Estados a mesma linha de restabelecimento das prerrogativas do Legislativo que a Assembléia Constituinte atribuiu ao Congresso Nacional, os governadores passarão a exercer uma influência extraordinária e, em muitos casos, negativa na vida política do País.

"Se os constituintes estaduais não se derem conta da importância de uma tomada de posição dentro de uma visão mais institucional, os governadores não apenas continuarão exercendo controle sobre as Assembléias Legislativas, mas também influenciando, de maneira decisiva, as bancadas dos seus Estados no Congresso", observou Chiarelli.

Essa influência sobre o Congresso — acrescentou o senador gaúcho — tenderia, inclusive, a minimizar o significado institucional do restabelecimento das prerrogativas do Legislativo, uma vez que as ações das bancadas mais comprometidas com os governadores tenderia a ficar mais restrita aos interesses estaduais ou mesmo pessoais desses chefes de Executivo, em prejuízo da dimensão nacional que se pretendeu atribuir ao Parlamento federal, com os novos poderes que lhe foram conferidos pela Constituinte.

Teme Chiarelli que em muitos Estados, inclusive nos dois politicamente mais influentes na Federação, como São Paulo e Minas Gerais, acabe predominando, nas futuras Constituições, a linha de condicionamento aos interesses do Executivo, tal o controle que governadores como Orestes Quércia e Newton Cardoso exercem sobre as Assembléias que vão assumir poderes constituintes no próximo ano.



Chiarelli defende o exercício da prerrogativa do Legislativo

Domingo passado, em declarações ao *Jornal de Brasília*, o constitucionalista Walter Costa Porto, professor da UnB, já havia levantado a possibilidade de restabelecimento da chamada "política de governadores" que marcou a Primeira República (1889-1930), levando em conta outro dado não abordado nas declarações de Chiarelli: a reforma tributária, que reduziu o po-

der político da União, melhor distribuído, pela futura Constituição, entre os Estados e municípios.

Acredita Walter Costa Porto que, fortalecidos financeiramente, os governadores passarão a decidir sobre as grandes questões nacionais, e o Congresso, mesmo reconquistando suas prerrogativas, se limitaria, em muitos casos, a ratificar as decisões por eles adotadas.

ANC X